

LACAZ MARTINS, PEREIRA NETO, GUREVICH & SCHOUERI ADVOGADOS

# REFORMA TRIBUTÁRIA: NECESSIDADE E PROJETOS



# DISFUNCIONALIDADES DO SISTEMA ATUAL

## CENÁRIO ATUAL:

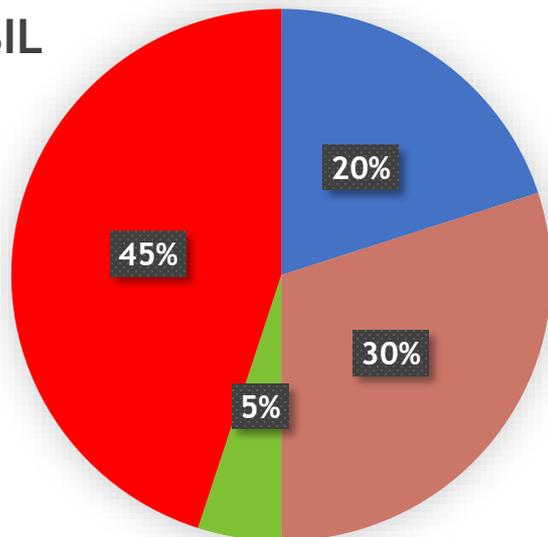
- Brasil tributa excessivamente a produção e o trabalho assalariado
- Baixa tributação na renda passiva
- Repasse no preço dos bens e serviços e aumento no custo do financiamento

## OBJETIVOS DE UMA BOA REFORMA:

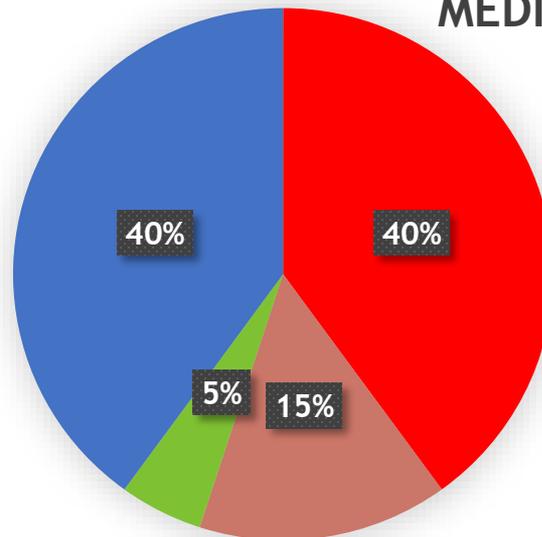
- Realocação das bases tributárias (da produção para o consumo)
- Simplificação (redução do contencioso)
- Manutenção da arrecadação (respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal)

# OBJETIVOS DE UMA BOA REFORMA

BRASIL

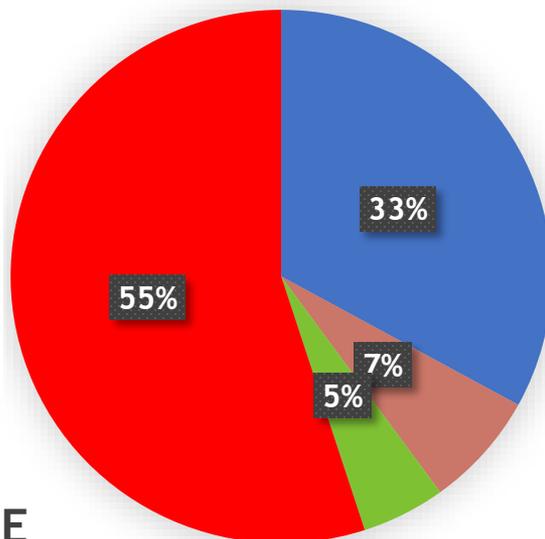


MÉDIA OCDE

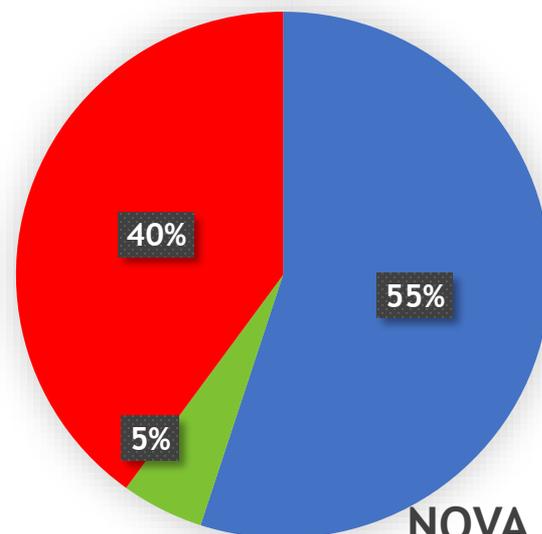


- Renda, Lucros e Ganho de Capital
- Folha Salarial
- Propriedade
- Bems e Serviços

CHILE



NOVA ZELÂNDIA



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA INSTITUTO BRASIL 200

- Proposta do imposto único sobre transações financeiras, com extinção de todos os tributos atuais
- Alíquota de 2,5% para cada ponta da operação (crédito e débito)
- Logo, alíquota cumulativa de 5%

(+)

- Propostas atuais são lentas
- Imposto "insonnegável"
- Mantém arrecadação com alíquota reduzida
- Aumenta a base tributável
- Simplifica o sistema

(-)

- Cumulativo, distorce preços
- Onera a produção
- Estímulo à verticalização
- Distorce o mercado de crédito
- Induz transações em espécie
- Marcos Cintra: academicamente boa, mas é impraticável

# OBJETIVOS DE UMA BOA REFORMA

REFORMA  
CCJ/CONGRESSO/  
CCIF

- IBS | Criação de um IVA nacional chamado IBS**
- Unificação de todos os tributos sob o consumo/receita (ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI)
  - Produção para destino
  - Fim dos benefícios fiscais
  - Simplificação de obrigações acessórias
  - Alíquota estimada em 25%
  - Como manter a arrecadação? 10 anos (período de transição)
  - Repartição de receitas entre Estados: 50 anos

# PROJETOS EM DISCUSSÃO

REFORMA  
CCJ/CONGRESSO/  
CCIF

## REFLEXÕES |

- Dificuldades práticas e políticas de implementação
- Período longo de transição
- Seletividade (feijão x carro)
- Aumento de tributação sobre saúde e educação



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

**PEC 110/2019:  
REFORMA  
HAULY/SENADO**

- Unificação de tributos sobre o consumo:
  - IPI, IOF, PIS, COFINS, salário-educação, CIDE-Combustíveis, ICMS e ISS
- Criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS):
  - Imposto sobre o valor agregado
  - Competência estadual
  - Crédito amplo (insumos usados na ATIVIDADE!)
  - Permite tratamento diferenciado para certas atividades
  - Prevê adicional para custear a seguridade social
- CSLL é extinta e incorporada ao IRPJ

# PROJETOS EM DISCUSSÃO

PEC 45/2019	PEC 110/2019
Câmara	Senado
IVA federal	IVA estadual
Alíquota única, sem exceções	Alíquota única, com exceções (v.g. alimentos, medicamentos e saneamento básico)
Imposto seletivo (não especificado)	Imposto seletivo (com setores específicos)
Extinção da zona franca de Manaus	Manutenção da zona franca de Manaus

# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## EFEITOS NO SETOR IMOBILIÁRIO

### SOBRE PROPOSTAS DO CONGRESSO (PEC 45/2019 e PEC 110/2019):

- Atividades do setor imobiliário:
  1. Incorporação
  2. Loteamento
  3. Corretagem
  4. Administração de bens próprios (locação)
  5. Papéis isentos
  6. Construção
- As propostas gerariam aumento da carga fiscal, exceto para o mercado financeiro (neutra)



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

REFLEXÕES DE  
MARCOS CINTRA

**SOBRE PROPOSTAS DO CONGRESSO  
(PEC 45/2019 e PEC 110/2019):**

- Tratam apenas de tributos sobre consumo
- Academicamente interessantes, mas há descompasso com a realidade brasileira
- As PECs não abordam o financiamento da previdência



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA DO GOVERNO

Agenda positiva que se contrapõe à agenda de aprovação da Reforma da Previdência

### TRIPÉ

1. Imposto federal sobre o consumo
2. Isenção/desoneração da folha
3. Revisão do imposto de renda (simplificação, extinção da CSLL e criação da CST)

### VIABILIDADE

- Lei ordinária
- Exceção CP (necessidade de PEC)



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA DO GOVERNO

### 1º | IMPOSTO FEDERAL SOBRE O CONSUMO

- Unificação PIS/COFINS/IPI/IOF-arrecadatório (não IOF-regulatório)
- Alíquota de 12 a 13%
- Crédito financeiro + imposto contra imposto
- Criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CSBS): semelhante ao IBS, mas somente em nível federal
- Objetivo: servir como um espelho para os Estados e Municípios, visando adesão futura



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA DO GOVERNO

### 2º | ISENÇÃO/DESONERAÇÃO DA FOLHA

- Incluiria INSS, salário-educação e contribuição para terceiros (sistema “S”)
- Tentativa de passar o financiamento da previdência para outra base, distinta da folha de salários



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA DO GOVERNO

### 3º | CST e Imposto de Renda

#### CST

- Contribuição sobre Transações Financeiras (CST)
- Alíquota: 0,20% a 0,22%
- Diferente da CPMF: não tem efeito cascata (alíquota reduzida).

#### IRPJ

- Extinção da CSLL
- Redução IRPJ (“padrão OCDE”: 34% para 25%)
- Limitar incentivos de instituições financeiras

#### IRPF

- Alíquota única de IRPF
- Tributar dividendos e JCP
- Limitar isenções (v.g. moléstia grave)
- Possibilidade de IR negativo
- Mercado financeiro: fim das isenções e alíquota única (20%?)

# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA GOVERNO: OBJETIVOS

- Garantir adesão à OCDE
- Extinguir IOF-arrecadatório e incorporar a arrecadação ao CSBS
- Transferência de base: financiar a previdência social por meio de IR, CSBS e CST
- Zerar custo emprego por meio da CST



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

## REFORMA GOVERNO: ESTRATÉGIAS

- Conciliação: pacificar o pacto federativo, envolver Municípios e não impor aos Estados
- Tentativa de unificar tributos (ao menos, em nível federal)
- IVA e CSBS devem ser convergentes e calibrados (como uma gangorra)
- Preferência pela CST: efeito cascata tem menos impacto que a tributação do valor agregado (IVA inclui salário)
- Foco de discussão: reforma de imposto de renda (IRPJ e IRPF)



# PROJETOS EM DISCUSSÃO

Efeitos da proposta do Governo sobre o setor imobiliário	
Incorporação	Manutenção do RET
Loteamento	Pode ter aumento
Corretagem	Tendência a ser neutro (aumento do IVA, compensado com redução de INSS)
Administração de bens próprios (locação)	Aumento de carga fiscal
Papéis isentos	Tendência de aumento de carga fiscal
Construção	Tendência à redução de carga fiscal

LACAZ MARTINS, PEREIRA NETO, GUREVICH & SCHOUERI ADVOGADOS

**OBRIGADO!**

Ricardo Lacaz Martins | [lacaz@lacazmartins.com.br](mailto:lacaz@lacazmartins.com.br)

